



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Gabriela Carraro

**PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS EFEITOS PARA AS
FAMÍLIAS: um estudo centrado na Unidade Pediátrica do HU/UFSC-EBSERH**

FLORIANÓPOLIS

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Gabriela Carraro

**PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS EFEITOS PARA AS
FAMÍLIAS: um estudo centrado na Unidade Pediátrica do HU/UFSC-EBSERH**

Artigo apresentado na disciplina de TCR na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Especialista em Saúde com Atenção à Saúde da Mulher e da Criança. Orientadora: Profa. Dra. Michelly Laurita Wiese.

FLORIANÓPOLIS

2021

PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E OS EFEITOS PARA AS FAMÍLIAS: um estudo centrado na Unidade Pediátrica do HU/UFSC-EBSERH

Gabriela Carraro¹

Resumo:

O artigo tem como tema a proteção social em tempos de pandemia e os efeitos para as famílias. A pesquisa de natureza qualitativa-descritiva teve como objetivo analisar os principais fatores socioeconômicos, assistenciais, educacionais e de responsabilização no que concerne a sobrecarga das famílias que as acometeram na pandemia, especificamente aquelas com filhos internados na Unidade de Internação Pediátrica no Hospital Universitário (HU/UFSC). Foram realizadas seis entrevistas com famílias atendidas pelo Serviço Social na Unidade de Internação Pediátrica no período de agosto a outubro de 2021 e que sofreram efeitos oriundos da pandemia. Como resultado, a pesquisa permitiu elucidar como as famílias vêm sendo chamadas a responder por suas necessidades, produto da ausência de uma proteção social efetiva e satisfatória. As famílias tiveram efeitos socioeconômicos que resultaram no comprometimento de renda e poder de compra, recorrendo a trabalhos informais, o acionamento da rede de apoio quando disponível e a procura pelos serviços de assistência social. Ademais, o processo de escolarização e trabalho remoto gerou uma agudização das responsabilidades familiares e a transferência do processo de aprendizado para os pais, que se veem limitados diante de alguns conteúdos escolares. Assim, o estudo em questão permite evidenciar os efeitos da Covid-19 para muitas famílias e a realidade disposta para uma parcela da população.

Palavras-chave: Proteção Social, Pandemia, Família, Responsabilização.

Abstract:

The article discusses the social security during a pandemic and the impacts on families. The qualitative-descriptive research analyzes the main socioeconomic, social, educational and accountability factors that affected families in a pandemic, specifically those in the Pediatric Inpatient Unit at the University Hospital (HU/UFSC). Six interviews were collected from families assisted by the Social Service in the Pediatric Inpatient Unit from August to October

¹ Graduada em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

2021, which had impacts arising from the pandemic. As a result, the research allowed us to elucidate how families have been called to respond to their needs, implying the absence of effective and satisfactory social security. Families had socioeconomic impacts that resulted in compromising their income and purchasing power, increasing informal jobs, needed support from extended family as well as a support network and the demand for assistance services. Furthermore, the process of schooling and remote work intensified the responsibilities and transferred the teaching process to parents, who end up finding themselves limited in some knowledge to do so. Thus, the study in question makes possible to highlight the impacts of Covid-19 for some of the families and the reality of to a portion of the population.

Keywords: Social Security, Pandemic, Family, Accountability.

INTRODUÇÃO

A Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS)², tem configurado uma crise humanitária pela sua alta transmissibilidade e impactos sociais e econômicos. Uma pandemia naturalmente causa impactos na saúde, no emprego e na renda, no entanto, estes podem ser minimizados quando a conjuntura favorece a garantia de direitos sociais através da proteção social³. No Brasil, as políticas do governo federal adotadas em meio à pandemia, que deveriam ampliar a proteção social de trabalhadoras(es), não têm sido concebidas nesta perspectiva (SANTOS et.al, 2020). No contexto de pandemia os abismos oriundos dessa contradição têm ficado mais evidentes, nacional e globalmente, considerando a desigualdade estrutural existente, uma vez que a população em vulnerabilidade social acaba sendo a mais impactada devido à ausência/insuficiência de recursos intimamente relacionada a dificuldade de manutenção do emprego e da renda, estando associada a dificuldade de realização do isolamento social e possuindo menor acesso a saúde e estratégias de prevenção/tratamento de doenças cotidianas, (FARIAS; JUNIOR, 2020).

Como Assistente Social residente com ênfase na atenção à saúde da mulher e da criança, inserida no Programa de Residência Multiprofissional do Hospital Universitário Polydoro

² A covid-19 causou a primeira morte oficialmente registrada pelo novo coronavírus no dia 11 de janeiro de 2020 na China. Na data de hoje, 12 de dezembro de 2021, o número de mortos pela Covid encontra-se no total de 20.036 no Estado de Santa Catarina, 616.000 no Brasil e 5.301.714 no mundo.

³ O sistema de proteção social tem como premissa promover um sistema de direitos crucial para a formação de sentimentos de pertencimento e interdependência social, bem como inclusão social, política e simbólica necessária para a efetiva institucionalização do universalismo na esfera pública. (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p.733)

Ernani de São Thiago (HU/UFSC) é possível reconhecer a responsabilização das famílias no que concerne a sobrecarga do cuidado e a manutenção de sua própria proteção social. Optou-se pela realização da pesquisa na unidade de internação pediátrica para fins de conhecimento da realidade específica do hospital universitário e aprofundamento teórico possível de compreender e correlacionar de forma teórica a discussão abordada tendo em vista a agudização de tais fatores no atual contexto pandêmico.

Tendo em vista que, a medida em que a quarentena acaba por acionar práticas, ações, atitudes que colocam em cena tanto a manutenção de desigualdades, hierarquias e formas de controle, bem como a criação de formas de existir, também reflete no que hoje se passa na escola e na família. Considerando tal premissa e partindo da noção de que houve uma urgente reorganização do espaço e do tempo e das práticas cotidianas, nossas ações são não apenas reproduzidas, mas também, criativamente inventadas (CASTRO, 2020). Nesse sentido, é válida a reflexão

Poderão manter a distância interpessoal nos espaços exíguos de habitação onde a privação é quase impossível? Poderão lavar as mãos com frequência quando a pouca água disponível tem de ser poupada para beber e cozinhar? O confinamento em alojamentos tão exíguos não terá outros riscos para a saúde tão ou mais dramáticos do que os causados pelo vírus? (...) Qual a diferença entre a nova quarentena e a original, que foi sempre seu modo de vida? (SANTOS, 2020, p. 18)

Tendo em vista que a primeira recomendação para prevenir o contágio pelo coronavírus foi lavar as mãos (COREIAS; ALVES, 2020), como o processo de higienização das mãos pode ocorrer quando dados da realidade oriundos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2018) expressam que 33.129.083 milhões de brasileiras/os não têm acesso a água encanada e 1.717.980 milhões de habitações não possuem banheiro em casa. “As múltiplas formas de viver/sobreviver à pandemia são intensamente atravessadas pelas estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais” (PAN et al., 2020, p.12).

Considerando o contexto pandêmico e os efeitos na proteção social, o conceito de condições de vida está intimamente relacionado a utilização de um conjunto de dimensões compostas por indicadores ligados a fatores econômicos e sociais da população. Desse modo, as dimensões de trabalho e renda, previdência social, assistência social, educação e saúde são indicadores de suma importância para estudo das variações que implicam nas necessidades sociais básicas relativas ao acesso à renda, bens e serviços sociais (CASTRO, 2020).

Tal afirmação ressalta que decisões políticas anteriores à pandemia estão relacionadas à crise econômica profunda derivada deste contexto pandêmico e com isso a redução da proteção

social e agudização das vulnerabilidades se expressam com consequências (CASTRO, 2020). A sociedade brasileira caracterizada com os maiores índices de desigualdade mesmo no interior de políticas e sistemas universais requer políticas sociais com caráter universalista e que se constituem como instrumento de redistribuição e equidade pensadas no princípio de igualdade, incumbidas no conceito de cidadania e nos sistemas universais como princípio de justiça que acenda a construção de uma cidadania diferenciada (FLEURY, 2007).

A necessidade da construção de sistemas abrangentes e universais de proteção social é de suma importância, considerando-se as desigualdades sociais dos países em desenvolvimento com seus históricos déficits de proteção social que deixam descoberta a grande maioria da população e da marcante presença de pautas conservadoras e neoliberais que resultam em restrição de direitos e aprofundam as iniquidades sociais. Nesse sentido, a pandemia deu maior visibilidade e exacerbou as desigualdades já existentes (SENNÁ; MAIOR; BALDO, 2021).

O modo como a política pública incorpora a família reflete na organização dos serviços de saúde e na organização do trabalho com as famílias no cotidiano dos serviços e programas (CUNHA, 2017). O Brasil e demais países da América Latina apresentam de modo intrínseco a relação entre proteção social e família, uma vez que na América Latina o “familismo” constitui-se como estratégia de sobrevivência, sendo encarado como fonte de proteção social em um sistema pouco desenvolvido e de retração do Estado, consequência de reformas neoliberais (TEIXEIRA, 2012). Assim, diante da carência de políticas de proteção social à população pauperizada em virtude do retraimento do Estado que reduz suas intervenções na área social e deposita a responsabilidade na família que é chamada para responder tal deficiência sem condições para tanto e que sobrecarregada não consegue suportar devido a situação de vulnerabilidade socioeconômica (GOMES; PEREIRA, 2005).

No contexto da emergência da Covid-19 no Brasil, os agenciamentos e atravessamentos com uma conjuntura política e econômica pautada pela austeridade e minimização dos direitos e políticas de proteção social geraram uma crise humanitária de proporções alarmantes (BUENO; SOUTO; MATTA, 2020). Afinal, aqueles que carecem dos mecanismos de proteção social são (in)visibilizados e empurrados para os espaços das ausências e conformam, de fato, o principal grupo de risco da pandemia de Covid-19 e, muitos deles não têm renda familiar alguma (MORENO; MATTA, 2021). A pandemia da Covid-19 traz desafios inéditos ao sistema brasileiro de proteção social. Trabalhadores informais, desempregados e famílias pobres estão expostos à combinação de pandemia e recessão (PAIVA et al, 2020).

Assim, tendo em vista a pertinência do estudo em questão, levando em consideração o contexto pandêmico e suas implicações no que concerne à proteção social, a presente pesquisa

tem como objetivo analisar os principais fatores socioeconômicos, assistenciais, educacionais e de responsabilização que acometeram as famílias com a pandemia, especificamente as com familiares internados na Unidade de Internação Pediátrica no Hospital Universitário (HU/UFSC).

Neste sentido, o artigo se estrutura em seções, sendo a primeira a presente introdução, seguindo da metodologia utilizada para a coleta de dados, discussão dos dados obtidos e por fim a conclusão do estudo em questão.

METODOLOGIA

No que se refere a metodologia da pesquisa é salutar destacar que toda investigação é disposta na relação teoria/realidade e, faz-se necessária no “mergulho da realidade” (IAMAMOTO, 1998, p.55), sendo assim pautada no processo de sistematização, visando interpretar os dados e revelar um objeto.

O percurso metodológico adotado para melhor compreensão do fenômeno foi a pesquisa de natureza qualitativa-descritiva, com a aplicação de entrevistas com famílias atendidas pelo Serviço Social na Unidade de Internação Pediátrica no período de agosto a outubro de 2021 que sofreram efeitos oriundos da pandemia, especificamente no âmbito socioeconômico, assistencial, educacional e de responsabilização familiar. Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura para aproximação com a problemática em questão, seguido de pesquisa de campo com famílias através do atendimento de alguns critérios previamente definidos, possibilitando a análise dos dados através do uso de gráfico, tabela e descrição de falas na íntegra para elucidação dos efeitos oriundos da pandemia nas famílias.

As entrevistas foram centradas na análise das implicações provenientes da pandemia pelo novo coronavírus e a responsabilização das famílias e a garantia da proteção social. Foram priorizadas famílias que acessaram ou passaram a acessar os serviços de assistência social (CRAS, CREAS, PAIF, PAEFI, entre outros), possuíam vínculo de trabalho formal e vinculação à previdência social e ficaram desempregados e/ou iniciaram atividades laborais informais. Com relação às crianças e adolescentes se avaliou o processo do ensino remoto, verificando o acesso e uso de equipamentos eletrônicos e internet, bem como os processos implicados para a garantia da realização das atividades escolares. Explicitado o contexto da pesquisa e sigilo das informações através do Termo de Consentimento Esclarecido (TCLE), o participante teve acesso às perguntas somente após ter indicado consentimento de participação, sendo assim iniciada a entrevista.

Durante o período de realização das entrevistas, a Unidade de Internação Pediátrica do HU/UFSC apresentou baixo número de internações, tendo em vista o contexto pandêmico, implicando no processo de realização das entrevistas considerando as famílias alvo e os critérios dispostos para enquadramento no estudo em questão. Ademais, nesse período ocorreram expressivamente internações de recém-nascidos e bebês ao contrário de crianças e adolescentes em idade escolar. Assim, visando garantir a pesquisa, utilizou-se da estratégia a prioridade de famílias que foram impactadas pela pandemia.

Realizadas o total de seis entrevistas com famílias que estiveram com crianças internadas na Unidade de Internação Pediátrica, considerando o período da coleta de dados e a atipicidade de fluxo e rotina no contexto pandêmico expresso. Como rotina, as famílias passaram pelo atendimento do Serviço Social para posterior participação da pesquisa, caso identificado critérios válidos para entrevista. Os potenciais entrevistados receberam todas as informações necessárias para coleta dos dados para fins de consentimento das entrevistas, sendo realizado todos os trâmites para garantia ética da pesquisa.

A análise foi realizada através da digitalização dos dados e transcrição das entrevistas, suscitando na representação gráfica do perfil dos entrevistados e a utilização de trechos na integra das entrevistas para representação da realidade quanto aos efeitos da pandemia na vida dessas famílias correlacionando ao arsenal teórico disposto para análise da situação-problema em estudo.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina cuja aprovação foi validada pelo parecer de número 035700/2021, cumprindo os requisitos conforme preconizado na Resolução 466/2012 e da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/16, no que se refere às normas e diretrizes de pesquisas que envolvem seres humanos TCLE.

DISCUSSÃO

A partir da realização das entrevistas foi possível analisar os efeitos oriundos da pandemia no âmbito socioeconômico, assistencial, educacional e de responsabilização. Assim, de forma a elucidar tais aspectos foram utilizados gráficos e transcrição de alguns trechos das entrevistas considerando a relevância destas para fins de indicar as consequências do contexto pandêmico para as famílias atendidas no HU/UFSC, especificamente na Unidade de Internação Pediátrica.

A partir dos dados iniciais coletados em entrevista, a realização gráfica disposta abaixo permite visualizar relações entre idade, escolaridade, estado civil, situação trabalhista e renda das famílias (Gráfico 1) para conhecimento do perfil dos participantes.

Gráfico 1: Representação do perfil dos entrevistados referente a idade, escolaridade, estado civil, profissão e renda das famílias.

Perfil dos Entrevistados			
IDADE	18 a 21 anos		1
	31 a 40 anos		2
	41 a 50 anos		3
ESCOLARIDADE	Ensino Médio Completo		1
	Ensino Médio Incompleto		2
	Ensino Superior		3
ESTADO CIVIL	Solteiro		1
	Casado		1
	União Estável		3
	Separado		1
PROFISSÃO	Empregado (a), Contribuinte individual e/ou segurado especial do INSS		1
	Não está empregado (a) no momento, mas exerce atividade remunerada		1
	Dona de casa / Do lar		4
RENDA	de 0,00 Até 998,00		1
	Entre 998,01 até 1996,00		2
	Entre 1996,01 até 2994,00		2
	Entre 3.992,01 até 4.990,00		1

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Os dados dispostos no gráfico de representação permitem identificar a prevalência de famílias entrevistadas com idade entre 41 anos e 50 anos (3 entrevistados), seguido de 31 anos a 40 anos (2 entrevistados) e por fim 18 anos a 21 anos (1 entrevistados). Os participantes envolvidos apresentam na sua maioria ensino superior completo (3 entrevistados), ensino médio incompleto (2 entrevistados) e ensino médio (1 entrevistado). Possuem união estável (3 entrevistados), separado (1 entrevistado), casado (1 entrevistado) e solteiro (1 entrevistado). A situação trabalhista das famílias entrevistadas destacou a prevalência da atividade como Dona de Casa/Do lar (4 entrevistados), seguida de Empregado (a), Contribuinte individual e/ou segurado especial do INSS e Empregado (a), Contribuinte individual e/ou segurado especial do INSS (1 entrevistado). Desse modo, as famílias indicaram possuir renda bruta entre 1996,01 até 2994,00 (2 entrevistados), entre 998,01 até 1996,00 (2 entrevistados) e de 0,00 Até 998,00 (1 entrevistado) e entre 3.992,01 até 4.990,00 (1 entrevistado).

Outros dados relevantes foram levantados e apresentados na (Tabela 1), para fins de caracterização das famílias participantes, como por exemplo sua condição de moradia.

Tabela 1: Perfil das famílias participantes entrevistadas.

	Família I	Família II	Família III	Família IV	Família V	Família VI
Raça/Cor	Branca	Branca	Branca	Preta	Branca	Branca

Município	Grande Florianópolis					
Residência	Urbana	Urbana	Urbana	Rural	Urbana	Urbana
Moradia	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Alugada

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Assim, é notória o perfil dos entrevistados, acompanhantes, brancas que tem como município de origem localizado na grande Florianópolis, em área urbana e que residem em casa própria. Dentre as famílias abordadas, obtivemos a incidência de apenas uma usuária negra morando em área rural. E, uma usuária advinda de Belo Horizonte que atualmente reside na Grande Florianópolis em casa alugada.

Ademais, as famílias entrevistadas apresentaram majoritariamente filhos em idade escolar: Família 1, um único filho recém-nascido; Família 2, dois filhos com idade de 14 anos e 12 anos. Família 3, um filho recém-nascido e uma filha de 27 anos; Família 4, duas filhas com idade de 3 anos e 6 anos; Família 5, três filhos com idade de 1 ano, 7 anos e 13 anos e; Família 6, um filho recém-nascido e uma filha de 11 anos.

Com relação aos efeitos socioeconômicos, assistencial, educacional e de responsabilização familiar atrelado ao contexto de pandemia no Brasil, a discussão reverbera com a transcrição de algumas falas das famílias para fins de elucidar a real problemática atual e possibilitar uma interlocução com o referencial teórico produzido até o momento sobre esse momento na sociedade. Relativo as questões socioeconômicas, as famílias verbalizaram:

Família I: Eu não estou trabalhando, eu parei né antes da pandemia. Mas eu fui atrás e já não consegui por causa da pandemia. Deixei diversos currículos, mas não tive nenhum retorno.

Família II: Antes eu trabalhava com crianças. Em casa né. E com essa pandemia as crianças foram todas, porque eu perdi todas elas. Muitas ficaram com as mães. Muitas tiveram que ir embora e perderam aluguel. Umas não tinham casa própria, foram embora. E, eu fui perdendo as crianças com o tempo. Aí, depois eu comecei a cuidar um pouco de algumas crianças, mas depois parou de novo. (...) Toda renda era das crianças mais os benefícios (Bolsa Família).

Família IV: O meu marido diminui bastante o salário. Ele é motorista de caminhão né e como foi meio que suspensa ali as cargas, a gente ficou uns 3/4 meses só recebendo praticamente vale alimentação, então deu uma apertada, ele é de empresa. E como deu uma parada muito grande e tinha muitos funcionários, então cada um ia num, então acabou diminuindo bastante assim para ele. Então foi bem complicado, porque diminui bastante o salário, a gente teve um empréstimo. E, também ficou um tempo parado né porque só podia cargas alimentícias e a dele é do (nome da empresa)⁴, então são móveis né. (...) Se não me engano ficou 2 meses sem carga nenhuma. Então, nesse período a gente teve que pegar empréstimo, porque a gente não tinha para pagar as

⁴ Transcrição realizada, sendo preservado o sigilo dos participantes.

contas da casa, tinha que fazer compras. Então, estamos pagando o empréstimo até hoje. Porque não era considerado um serviço essencial. Agora retornou um pouco, mas assim, retornou, mas as dívidas que ficaram continuam, então meio que (...) virou uma bola de neve, porque tipo tem que pagar as que vem e pagar as que ficaram, então acumulou. Então deu elas por elas. É como se ainda continuasse faltando dinheiro (...) agora querendo ou não tem que pagar os empréstimos, então, já é um dinheiro que agora já tá saindo daquele que já é pra pagar as contas e assim vai né (...).

Família VI: (...) Eu tinha uma renda já de R\$6.000,00 antes da pandemia, depois com a pandemia ficou mais ou menos R\$2.500,00 (...), com uma redução de 50%, praticamente.

A dimensão do trabalho e renda é muito importante para quase todos os aspectos das condições de vida da população, uma vez que, expressa os resultados do mercado de trabalho para a população em determinado período. No momento de pré-pandemia indicadores mostram um movimento de piora no mercado de trabalho e uma situação muito ruim de renda e proteção social para a classe trabalhadora, confirmando tal prognóstico para o período da pandemia, “pois junto as dificuldades geradas pela contração elevada da economia se somaria a precarização das relações de trabalho resultante das políticas de retirada de direitos e de amparos aos trabalhadores o que reduziria a proteção social ao trabalhador e suas famílias” (CASTRO, 2020, p.7).

Em termos de previdência social, importante dispositivo de proteção social da classe trabalhadora, no período pré-pandemia, ficou pior principalmente para a população em idade ativa e intensificou-se durante a pandemia com a retração da economia e perdas de empregos com vinculação previdenciária, associada aos efeitos negativos da implementação da reforma da previdência promovida pelo atual governo do presidente Jair Bolsonaro, que incidiu no aumento do tempo de contribuição, ampliando a idade mínima, dificultando o acesso a aposentadoria em tempo integral e diminuindo os valores dos benefícios (CASTRO, 2020). Desse modo, prejudicando a proteção social dos trabalhadores ativos e inativos e seus dependentes.

A Assistência Social, em especial a concessão de benefícios/auxílios ficou retratada apenas pela ótica da insuficiência de renda medida pelos indicadores de pobreza que está intimamente relacionada com os determinantes anteriores, uma vez que a ampliação da desigualdade está relacionada a precariedade no mercado de trabalho consequência das dificuldades dos trabalhadores menos qualificados em aumentar seus rendimentos, as ocupações informais com salários menores e a substituição da força de trabalho com ampliações em nível recorde (CASTRO, 2020). Correia e Alves (2020) reforçam tal perspectiva quando

dispõem do dado de que o país apresenta 12,8 milhões de desempregados e 30,8 milhões de trabalhadores informais.

Assim, considerando os efeitos da pandemia no que implica a concessão e acesso aos benefícios da Assistência Social e aos serviços de saúde, as famílias expressaram:

Família II: (...) antes era pelo telefone, agora é tudo pela internet. Mesmo o CRAS tem que preencher uma ficha deles da prefeitura pra ti pedir o que tu precisa. Se tu precisa de uma cesta básica, de um auxílio de alguma coisa, se tu precisa de um auxílio-doença, tudo é pela internet agora. É tudo formulário online, depois eles marcavam a entrevista e eu ia lá. (...) Foi complicado porque tudo agora é pela internet, então tem que fazer o formulário, aí no formulário tá escrito se tu precisa de uma consulta, se tu precisa do exame da Covid, se tu precisa de marcação de exame pra pegar exames, então tu tem que assinalar e escrever os remédio que tu toma, escreve o problema que tu tem. Eles pedem muita coisa, entendeu? Muita burocracia pra pode chegar até no que tu queres. (...) Antes era tudo por formulário e depois eles deram o WhatsApp do posto da área e a gente falava pelo WhatsApp. No CRAS é só o formulário, aí eles marcam horário e a gente vai lá. Eles mandam por WhatsApp e se eu precisar e algum documento, eu mando pra eles, levo lá né.

Família IV: Bem complicado (...) a partir do momento que surgiu o Covid é só o Covid, entendeu? Se teu filho tá com uma dor de garganta, não, não pode ser atendido no posto, porque tem que ir lá no meio do Covid pra ti ser atendido, sabe? Qualquer coisa, aí tá com uma dor no estomago, aí tá vomitando, não tem que ir lá pra parte da Covid. Tipo, no meu posto na época da pandemia mesmo, eles não faziam atendimento nenhum, eu não sei nem porque eles estavam abertos. Porque eles não atendiam (...).

Das seis famílias entrevistadas, quatro delas acessaram o auxílio-emergencial, benefício financeiro concedido pelo Governo Federal que tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia da Covid-19⁵. O dramático quadro social agravado pela pandemia impôs a adoção de medidas públicas de proteção social. O auxílio emergencial, benefício destinado a beneficiários do Programa Bolsa Família e demais inscritos no CadÚnico, trabalhadores informais, microempreendedores individuais e contribuintes informais, configurou-se como uma espécie de combinação entre renda básica e seguro-desemprego, sendo responsável pela retirada de 20,7% da população da extrema pobreza (menor nível em 40 anos), visto que valor do benefício está bem acima da média disposta pelos demais benefícios disponíveis (SENNA; MAIOR; BALDO, 2021).

Assim, considerando o futuro da proteção social após a pandemia, a transferência monetária por si só não finda os problemas e desigualdades sociais cujas determinações são múltiplas e altamente complexas, mas necessita estar acompanhada de uma rede ampla de proteção social e de caráter universal. “E são essas políticas que estão cada vez mais ameaçadas,

⁵ Retirado do site da Caixa.

diante corte de gastos e da austeridade implantada no país” (SENNA, MAIOR e BALDO, 2021, p 75). Afinal, “A proteção social, através da instituição da seguridade social, tornou-se um direito de cidadania a ser garantido pelo Estado” (MIOTO, 2020, p.32).

Relativo as questões educacionais, potencialidades e limitações, as famílias indicaram:

Família II: Não, eu acho que é muito tempo no celular né e pra mim era melhor como eles estavam estudando antes na sala, na sala de aula. Em casa eles aprendem menos, não tem tanta evolução. Muitas coisas que eles não sabem perguntam pra mim né e, eu já faz muito tempo que eu não abro um livro, então tem muita coisa a gente não sabe, tem muitas coisas que a gente não sabe responder, tem que ter o auxílio de uma professora pra explicar.

Família IV: Eu achei só dificuldades na verdade, tanto para mim quanto para ela, porque assim ó, comigo é diferente do que uma professora ensinando. Tipo, eu tava lá aquela coisa e ela o irmão chamou atenção aqui, o cachorro chamou atenção lá e na escola não, na escola ela sabe que tem que ficar focada, porque eu dizia: presta atenção filha, porque senão você não vai aprender. Mas eu não tou na escola mãe (...). As atividades eram impressas e a gente mandava as atividades pro grupo do pré, tudo que a gente fazia, os exercícios que eram feitos na folha tinha que bater a foto e mandar, se fosse cantado ou contado uma história ou uma brincadeira que era feita tinha que filmar e mandar né (...).

Família V: Olha, dificuldade no caso da alfabetização da (nome da filha) que ano passado foi remota. Ela estava na 1ª série e ela foi alfabetizada em casa né, remotamente (...). Então, aí eu com ela pequena e tendo que alfabetizar né, tive que me especializar em professora porque (...) Aí tu fica: Meu Deus, será que eu estou ensinando certo, será que eu estou ensinando errado, a professora de um lado, a gente do outro, a paciência não é a mesma né. Mas, enfim, deu tudo certo, ela foi alfabetizada né, finalizou ano passado no remoto lendo e escrevendo corretamente, tudo normal. (...) Muito tempo na tela, ela ficava uma tarde inteira da 1h às 5h30min da tarde na frente do computador de segunda à sexta, então era bem puxado. Tinha horas assim que ela dizia: Eu não aguento mais mãe, eu não quero mais. Porque num ano ela tava na creche e no ano seguinte ia para o colégio, e de repente teve que se ver na frente de um computador tendo que ficar ali para ser alfabetizada. Foi bem difícil, mas deu tudo certo. A outra também, o (nome do colégio) ficou remoto a partir de setembro (...) do ano passado. Então do início da pandemia a setembro ele era só com atividade impressa via e-mail, coisas assim e, depois que passou a ser online e ainda assim é da 1h30 às 3h30min da tarde, um período menor. A outra menor estava com um período maior, como se fosse na escola, ela tinha intervalo de aula pro recreio, pro lanche, a mesma coisa só que numa tela. A mais velha eu consegui deixar mais, mas sim né, a gente tem que por ser remoto tem que estar mais em cima, porque senão eles vão deixando meio que de lado (...).

No que tangencia o acesso à educação, a pandemia afetou profundamente a rotina do sistema escolar devido a suspensão das aulas presenciais, inevitável para fins de minimizar a propagação do vírus, mas que pode suscitar em consequências maiores para os alunos pobres, tais como: fome, violência, exploração, evasão escolar e trabalho infantil resultante da redução

da renda das famílias. Os sistemas escolares atenuaram os efeitos da suspensão das aulas com o ensino a distância, mas apresentaram dificuldades no processo de assimilação do método pelo corpo docente e discente, uma vez que os alunos mais pobres não possuem condições materiais, instrumentos de estudo para acompanhar esse método de ensino (CASTRO, 2020).

É válido refletir as novas configurações oriundas desse contexto pandêmico com relação às crianças e adolescentes em idade escolar. Dias e Pinto (2020) referem que muitos no Brasil não têm acesso a computadores, celulares ou à internet de qualidade (realidade esta constatada pelas secretarias de Educação de Estados e municípios), recursos estes imprescindíveis para um estudo a distância que resulte em aprendizagem. Ademais,

Entre as principais diferenças se pode encontrar a quantidade de tempo disponível para dedicar a ensinar, as aptidões não cognitivas dos pais, os recursos disponíveis (possibilidade de acesso a material online) ou a quantidade de conhecimentos inatos dos pais. É difícil ajudar a seu filho se tens que aprender algo distante de seus conhecimentos. Esta situação gerará um aumento das desigualdades na educação e no progresso dos alunos. (CIFUENTES-FAURA, 2020. p.2, tradução livre)

No que concerne a responsabilização das famílias relacionado a sobrecarga de trabalho e cuidado exercidos pelas mulheres/mães, os participantes salientaram:

Família III: Aumentou com relação ao (nome do bebê) e também com o meu esposo. O (nome do bebê) estava internado aqui (...) e nesse meio tempo meu esposo pegou Covid, ele foi entubado, foi bem desesperador e depois o (nome do bebê) teve alta. (...) Então, assim, minha responsabilidade tanto para o (nome do bebê) quanto para ele dobrou bastante né. E eu fiquei muito sobrecarregada com tudo isso, sabe? Bastante sobrecarregada. Mas, agora está tudo bem. Ele tá lento para tudo, tá desligado, (...) tá tudo muito lento ainda para ele, sabe? Então, tá bastante difícil. Eu peço as coisas para ele, ele não ouve, então tá complicado. Ele ainda tá nesse processo de recuperação. Me disseram que leva um tempo, outras pessoas me disseram que já deveria ter passado. Questão das medicações, ele foi entubado, então ele recebeu muita coisa, mas aí não sei até quando vai. Acho que nem os próprios médicos ainda sabem o que tá acontecendo, ele ficou assim, tá bem difícil. Então, agora depois de uma semana veio o sobrinho dele para me ajudar em casa e me ajudar com o (nome do bebê). Então, acabou que o (nome do bebê) veio para o hospital. Mas ele vai ficar um bom tempo com a gente.

Família IV: (...) aumentou todo o trabalho né (...) uma criança 24h sem poder sair de dentro de casa pra absolutamente nada né. Porque assim, final de semana levava num parque, final de semana levava para fazer um lanche, aí ia na casa da vó, ia na casa de uma amiga minha e a gente ficou muito tempo sem fazer nada. Então assim, a minha pequena ela é muito ativa, então assim, ela ficou, pensa numa criança estressada. (...). Se pra gente é difícil imagina para as crianças né. (...) eu tive depressão pós-parto e agora eu tomo medicação pra depressão, porque nesse período de pandemia, tipo meu pai quase morreu, daí esse negócio de dinheiro, empréstimo, meio que eu surtei,

literalmente. Era muita pressão, porque daí era tudo em cima de mim. Além de eu estar com as minhas coisas em casa, cuidar de dois filhos, casa, comida, roupa, eu ainda tinha que ajudar minha mãe, meu pai, porque senão só o meu irmão sozinho não tava dando conta, porque são os dois doentes. Então leva pra cá, leva pra lá, então assim foi bem complicado assim. Aumentou bastante a preocupação, a sobrecarga, tudo no geral, bem complicado mesmo.

Família V: Aumentou, com certeza (...) Primeiro que a gente fica preocupado com tudo. A minha mãe tem bronquite asmática, então é considerada grupo de risco. Eu trabalho na área da saúde, então eu tinha medo de trabalhar e trazer alguma coisa para casa né e contaminar (...). O cuidado todo redobrado. No período integral em casa né, todos em casa, aumenta em tudo né: a comida na hora, é a quantidade de afazeres dentro de casa para fazer aumenta.

O documento informativo da Oxfam (2020) indica que a pesada e desigual responsabilidade pelo trabalho de cuidado perpetua as desigualdades de gênero e econômica. Assim, conforme relatório realizado pelo Núcleo Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Social (NISFAPS) a respeito dos efeitos da pandemia de covid-19 nas famílias residentes em Santa Catarina (2020), é notório como a sobrecarga familiar tem alterado rotinas e aumentado a demanda de cuidados dos pais ou responsáveis no espaço doméstico e, considerando a tradicional divisão sexual do trabalho sabe-se que a sobrecarga às mulheres é superior quando se refere ao cuidado e educação dos filhos.

Com o advento da pandemia e o papel da família como mecanismo de proteção social, as transformações econômicas e sociais da atualidade brasileira, reverberam na carência das políticas sociais uma vez que fragilizadas pelos processos e pelas mudanças que marcam a realidade, a família vê crescer, paradoxalmente, suas responsabilidades como mecanismo de proteção social (CARVALHO; ALMEIDA, 2003). Desse modo,

É necessário ter a perspectiva de que a família é provedora e receptora de proteção social, colocando ao Estado necessidade de pensar em estratégias alicerçadas de seguranças sociais que proporcionem proteção social às famílias brasileiras, principalmente ao que tange às políticas sociais. E, nesse sentido, a pandemia escancara a ausência de iniciativas públicas de proteção e cuidados às famílias (...). (SANTOS; WIESE, 2021, p. 202)

Nesse sentido, indagamos as famílias para além dos contextos abordados, quais outras consequências relativas à questão socioeconômica e/ou demais esferas da vida oriundas da pandemia desencadearam efeitos significativos, obtendo-se como resposta:

Família II: Teve impactos no ganho da gente, porque diminuiu bastante (na renda) (...). Trouxe bastante a questão emocional, porque (...) eu ficava muito abalada e sempre nervosa porque tinha dias que tinha dinheiro, tinha dias que não tinha dinheiro, tinha dias que eu tinha que ir atrás de alguma coisa pra fazer né. As vezes tinha que pedir emprestado pra um, minha mãe me ajudou muito né, principalmente com roupa pra eles eu tive dificuldade porque criança cresce. Assim, comida eu já ganhava no colégio, não me preocupava

tanto, qualquer mistura de arroz e feijão comiam. Mas, a questão de roupas eu tive que pedir dinheiro pra minha mãe pra ajudar a comprar roupa pra eles no inverno pra eles voltarem pra ir no colégio, ela me ajudou bastante (...). Meu ex-marido também me ajudou bastante né.

Família IV: Tudo. Principalmente econômica. A gente vai fazer uma compra hoje em dia, básica, a gente não consegue mais né. O preço das coisas tá um absurdo. Ano passado quando eu fazia compra de R\$1.200,00 eu comprava muita coisa, iogurte pras crianças, a gente não compra mais nada disso, absolutamente nada. É o básico do básico, a gente gasta R\$1.500,00. É assim, (...) daqui a pouco a gente vai ter que parar de comer, vai ter que viver a ovo porque não tem mais condições. Plantamos verduras (espinafre), minha sogra planta salsinha, cebolinha e tem muita fruta (pitanga). (...) Eu fico assim, apavorada, porque daí não consigo mais comprar as coisinhas que eles gostavam (...) de vez em quando a gente comprava, não dá mais. É o básico, do básico mesmo e olhe lá ainda. As vezes eu falo, não vou levar o queijo, porque o queijo está R\$40,00 reais, chega ser o cúmulo. Eu lembro de pagar R\$12,00 em um kg de queijo e eu tô pagando R\$36,00/R\$42,00 (...). Sem contar a gasolina né que a gente não pode nem mais sair de casa. Tipo eu que moro mais no interior assim que é um trajeto maior pra fazer alguma coisa, eu tenho que focar assim: tal dia eu vou lá pro centro de (nome da cidade), vou fazer assim: eu vou no mercado, eu vou fazer uma visita pra mãe, vou naquela loja que eu tô precisando comprar alguma coisa. Eu tenho que fazer tudo no mesmo dia pra gastar uma gasolina só. É porque senão não dá (...) A gente que já era tudo contadinho agora tá faltando né, antes era assim certinho, agora já falta. Não é fácil.

Família V: Acho que emocional. O medo né. Eu passei a não querer mais assistir televisão, jornais, porque além de a gente assistir uma realidade dentro de um hospital, a gente via outras coisas na televisão. Então, tu começa a ficar meio paranóica com aquele negócio. Então isso afetou bastante. As meninas né, elas tinham medo. -Aí mãe, será que vai acontecer alguma coisa?. Se alguém desse um espirro dentro de casa, Meu Deus, parecia assim que eu peguei Covid vou morrer amanhã né, aquela coisa assim, afetou bastante né elas. Eu praticamente não deixava mais elas assistirem jornal, porque elas ficavam com medo. -Aí, será que vai acontecer alguma coisa com a minha avó, com a minha mãe? Então isso afetou bastante. (...)

Família VI: Muita gente que eu conheço foi totalmente afetado, sabe? Principalmente no aspecto financeiro. Eu vejo que os meus amigos também estão apertados. Todo mundo teve que reduzir um pouco os gastos, os custos. (...) A gente vai no mercado com R\$100,00 e não dá praticamente pra comprar nada, então tá tudo muito alto: gasolina muito alto, os alimentos muito alto e o salário continua baixo, então tá bem desafiador. Meu companheiro tem tentado fazer UBER, divulgar o trabalho pra outros clientes pra captar novos alunos. E é isso. (...) Ele não consegue muito desenvolver nessa área de mídias social e eu já consigo, sabe? Então, por exemplo, eu tô tentando correr atrás, montando mentoria, fazendo várias coisas pra que novembro, sei lá, dezembro, eu possa não voltar completamente porque eu não vou conseguir por conta da dedicação que a maternidade exige né até os 06 meses assim que é o primordial, mas pelo menos eu vou ter que fazer alguma coisinha, senão eu vou passar necessidade. Eu não sei se vai sair o INSS. A gente não sabe o que pode acontecer, então eu não fico deixando também sabe: -Ah, deixa a vida acontecer, deixa a vida me levar, sabe?. Eu vou trabalhando, eu vou fazendo da maneira que eu posso (...).

“A pandemia da Covid-19 introduziu diversos estressores, incluindo solidão decorrente do isolamento social, medo de contrair a doença, tensão econômica e incerteza sobre o futuro.” BARROS et al., 2020, p.7). Com a redução do poder de compra e a alta nos preços dos alimentos, a severidade anunciada diante da situação de fome, desnutrição e insegurança alimentar e nutricional (ISAN) não advém isoladamente do contexto pandêmico, mas sim de desigualdades históricas, o avanço de políticas neoliberais e o desmonte de políticas sociais inclusivas e promotoras da segurança alimentar e nutricional (SAN), tendendo a maior magnitude com o advento da pandemia da Covid-19 (SILVA et al., 2020).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu elucidar os efeitos socioeconômicos, assistenciais, educacionais e de responsabilização das famílias no que concerne a sobrecarga de cuidados oriundos do atual contexto de pandemia, sendo possível através da análise da situação das famílias entrevistadas expressar a realidade e os efeitos vivenciados por essa parcela da população nesse momento atípico da história.

É notório como as famílias têm buscado meios para minimizar tais efeitos, diante da elevada sobrecarga de responsabilização e o aumento dos serviços domésticos e a elevação dos custos de bens essenciais. Tais meios incluem um processo particular de estratégias autônomas laborais das famílias, mas também um incremento da busca por serviços públicos para acesso a benefícios/auxílios, os quais nesse momento estiveram apenas online, com o uso de formulários e via aplicativo de mensagens (WhatsApp). Tornando-se evidente as dificuldades de um processo já burocrático de outrora, estar sendo desenvolvido através de ferramentas novas e virtuais.

Ademais, o processo de escolarização remota tem implicado nas famílias certo descontentamento no tempo do uso das telas pelas crianças/adolescentes, bem como a transferência do processo de aprendizado para os pais, que acabam se encontrando limitados de alguns saberes.

Considerando os aspectos abordados na presente pesquisa, é evidente como as famílias vem sendo sobrecarregadas, resultado da ausência de uma proteção social efetiva e satisfatória. Tendo em vista que o Estado adotou unicamente uma medida de proteção emergencial, diversos fatores foram negligenciados, evidenciando uma perspectiva familista em detrimento de uma perspectiva protetiva.

As famílias tiveram efeitos socioeconômicos que resultaram no comprometimento de renda e poder de compra, recorrendo a trabalhos informais, o acionamento da rede de apoio quando disponível e a procura pelos serviços de assistência. Ademais, a sobrecarga do cuidado em virtude da permanência da família em tempo integral em casa, em especial as mulheres no que concerne a organização da casa e disciplina dos horários e auxílio nos afazeres escolares, implicaram em uma nova e desafiadora demanda, tendo em vista a exigência de conhecimentos e o processo de ensinar. Mesmo com o ensino remoto, a escola tornou-se um serviço de suporte as famílias no fornecimento de meios para garantia do acompanhamento das aulas aos alunos, bem como o fornecimento de cestas básicas na tentativa de garantir o mínimo para as famílias.

No que concerne o âmbito da saúde, famílias que tiveram integrantes que contraíram a Covid-19 e que por sua vez resultou em sequelas, estão tendo que lidar com incertezas e inseguranças desconhecidas outrora. Assim, o suporte dos serviços de saúde são fundamentais nesse momento para atendimento aos usuários e suas demandas.

O estudo em questão não finda a discussão, nem destaca a totalidade da problemática advinda da pandemia, mas permite evidenciar uma parcela da realidade disposta para algumas das famílias internas no HU/UFSC, especificamente na Unidade de Internação Pediátrica, dando abertura para discussão e o pensar sobre esses efeitos socioeconômicos, a assistência dos serviços, o processo de escolarização, bem como a responsabilização e sobrecarga das famílias nesse contexto.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. B. A. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]**. v. 29, n. 4, 2020.

BUENO, F. T. C.; SOUTO, E. P.; MATTA, G. C. Notas sobre a trajetória da COVID-19 no Brasil. In: MATTA, G.C.; REGO, S.; SOUTO, E.P.; SEGATA, J. (orgs.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]*. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 221.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H.. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, jun.2003.

CASTRO, J. A. de. Proteção social em tempos de Covid-19. **Saúde em Debate [online]**. 2020, v. 44, n.4, p. 88-99, ago. 2021.

CIFUENTES-FAURA, J. Consecuencias en los niños del cierre de escuelas por Covid- 19: el papel del gobierno, profesores y padres. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, Madrid, v. 9, n. 3e, p. 1-12, 2020.

CORREIA, M. V. C.; ALVES, P. K. L. **Pandemia, desigualdade social, determinação social do processo saúde e doença: quem são os mais atingidos?** In: CORREIA M. V. C; LIMA, A. S. (orgs.). *Pandemia, determinações da Saúde e enfrentamento da Covid-19: o lucro acima da vida*. Maceió: Edufal, 2020.

CUNHA, C. L. N. A centralidade da família nas políticas sociais: um olhar do assistente social sobre o trabalho com famílias na área da saúde. Trabalho apresentado em VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, Maranhão, 2017.

DIAS, E.; PINTO, F.C.F. A educação e a COVID-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas**. Educação, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul.set. 2020.

FARIAS, M. N.; JUNIOR, J. D. L. Vulnerabilidade social e COVID-19: considerações a partir da terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. v. 29. 2021.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, abr.2005.

GUIZZO, B. S.; MARCELLO, F. A.; MULLER, F. A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. **Educação e Pesquisa [online]**. v. 46, ago.2020.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

LAWSON et al. Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Documento informativo da OXFAM. 2020.

MIOTO, R. C. T. Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. In: FAVERO, E. T. et al. (orgs). **Famílias na cena contemporânea: (des)proteção social, desigualdades e judicialização**. Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações. 2020.

MORENO, A. B.; MATTA, G. C. COVID-19 e o dia em que o Brasil tirou o bloco da rua: acerca das narrativas de vulnerabilizados e grupos de risco. In: *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]*. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, p. 221, 2021.

MOSER, L.; BERTELLI, E. Os efeitos da pandemia de covid-19 nas famílias residentes em Santa Catarina. Relatório Executivo. 2020.

PAN, L. C. et al. Proteção social e experiências terapêutico ocupacionais: a vida na pandemia de Covid-19. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. v. 25, n. 1. 2020.

PAIVA, L. H. et al. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19. **Revista de Administração Pública [online]**. v. 54, n. 4, p. 1097-1110, 2020.

TEIXEIRA, S.M. Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v.13, n.1, p.75-86, 2013.

SANTOS, B.S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina; 2020.

SANTOS, K. O. B. et al. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. v. 36, n. 12, 2020.

SANTOS, R.; WIESE, M. L. SUS e Proteção Social: desafios postos às famílias frente à pandemia da COVID-19. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.35, p. 196-209, 2021.

SENNA, M. C. M; MAIOR, A. S.; BALDO, V. S. Proteção Social em Tempos de COVID-19: experiências na América Latina. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 66-80, jan.abr. 2021.

SILVA, R. C. R. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B.; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 14, n.3, p. 731- 741, 2009.